

A Constituinte

Por enquanto foi ensaio. Agora os blocos se consolidam.

A previsão de vários líderes é que o voto nas questões polêmicas (a partir de abril) será dado acima e a revelação dos partidos, que perderão força.

Empresários: aceitando até a liberdade vigiada.

Em reunião realizada ontem, no Rio, a Confederação das Associações Comerciais do Brasil definiu sua posição básica em relação às diretrizes econômicas da próxima Constituinte. Segundo Amaury Temporal, presidente da entidade, os empresários defendem a plena liberdade de mercado, mas admitem que, nas atuais condições sócio-econômicas, há necessidade de intervenção do Estado para garantir condições mínimas de liberdade em determinados campos. "O capitalismo não produz, automaticamente, a melhor solução para os problemas nacionais. Sua aplicação tem de ser condicionada às peculiaridades brasileiras", disse Temporal.

Explicou que a intervenção do Estado é admitida em casos de monopólios, oligopólios e em setores onde faltam mínimas condições de operação sem auxílio do Estado. "A presença asfixiante do Estado se tornou tão marcante em certos setores que sua retirada tem de ser feita aos poucos", disse Temporal.

As opiniões dos empresários vêm sendo colhidas, segundo Temporal, há dois anos, em diversos encontros e debates e estão, em grande parte, transcritas no livro "Projeto Social para o Brasil-Liberdade Sempre", que é "uma espécie de bandeira do empresariado". Em abril, quando se espera que tenha sido concluída a fase de regulamentação dos trabalhos da Constituinte, a Confederação reunirá milhares de associados num congresso, em Brasília. A entidade espera contar com a presença de numerosa delegação de constituintes e assim levar a voz dos empresários aos que estão elaborando a nova Carta.

Reclamação dos municípios: a União só sabe lesá-los.

O 30º Congresso Estadual de Municípios foi aberto ontem no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, reunindo prefeitos e vereadores paulistas para a discussão do tema "O Município e os Constituintes". Entretanto, o principal assunto foi mesmo a reforma tributária, amplamente debatida num painel que deveria contar com a presença dos ministros da Fazenda e do Planejamento. Como nenhum deles compareceu, restou aos participantes a realização do debate.

Abriando os trabalhos, Luis César Amad Costa, do Cepam, assinalou que "as forças sociais que assumiram o poder em 64 organizaram o sistema tributário nacional em função da política econômica por elas definida. A prioridade era o crescimento acelerado e a opção, entre várias outras possíveis, foi o modelo centrado em um tripé: concentração das rendas, criação de amplo crédito ao consumidor e abertura externa da economia brasileira".

Segundo César Costa, para a implementação dessa meta seria necessária uma política altamente autoritária, através de centralização do poder, "que tirasse a força dos Estados e Municípios e estabelecesse a dependência econômica desses níveis de governo ao poder central".

Jaime Alípio de Barros, diretor jurídico e patrimonial da Fepasa, informou sobre uma recente medida do governo e que era desconhecida pelos participantes: no mês passado o Banco Central instituiu uma alíquota de 25% sobre a compra de dólares para o pagamento do petróleo. "Como a emenda Passos Porto conseguiu 60% do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, a União utilizou expediente do passado, confiscando a renda das demais unidades de governo".

Continuando suas críticas aos "jeitinhos" empregados pelo governo para sonegar as verbas dos Estados e Municípios, ele citou a contribuição para o Pin/Proterra, que deve atingir este ano 13 bilhões de cruzados. "Um imposto se transforma em contribuição, num passe de mágica, e se fosse mantida a forma original tributária, a arrecadação do FPM subiria 5,6%. Outra "contribuição" que ele faz questão de manter as aspas é o Finsocial, que representará este ano 25 bilhões de cruzados. "É um adicional de Imposto de Renda que não é repartido entre Estados e Municípios".



Foto de Alencar Monteiro

Em uma coisa pelo menos estão de acordo o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, e o líder do PCB, Roberto Freire: a hierarquia e as lideranças partidárias não exercerão maior influência nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte quando senadores e deputados se alinharem de acordo com suas convicções doutrinárias, acima das siglas partidárias.

De acordo com experientes observadores políticos, mesmo que não se organizem formalmente o bloco do centro democrático ou conservador, de um lado, e o progressista do outro, os parlamentares se aglutinarão, acima dos partidos, nas questões mais polêmicas.

Para eles, as discussões ora travadas em torno da soberania e da exclusividade da Constituinte são meros ensaios para as grandes batalhas que ocorrerão quando do exame de temas mais polêmicos como o relativo ao direito de greve e de propriedade, a segurança do Estado, a exploração do subsolo, a estatização do sistema financeiro.

As discussões de ontem confirmam essas previsões. Apesar de o presidente José Sarney ter instruído o líder da maioria, Carlos Sant'Anna, a continuar mantendo entendimentos com o grupo "pró-soberania", do PMDB em torno de suas reivindicações, o grupo ainda não chegou a nenhum entendimento com o governo. Ontem, depois de reunir-se por uma hora com o líder Sant'Anna na Câmara, em companhia também dos deputados Antônio Britto e Virgildásio Senna, o deputado Maurílio Ferreira Lima declarou-se "pessimista". Conforme o parlamentar, no decorrer da conversa, o líder governista voltou a pontos que o grupo já considerava superados, o que ele interpretou como dificuldades nos entendimentos.

Os três representantes do "pró-soberania" entregaram ao líder Carlos Sant'Anna documento contendo reivindicações do grupo, embora nem todos os seus integrantes concordem com autolimitação da soberania e da Constituinte. Tanto Antônio Britto como Virgildásio

Senna e Maurílio Ferreira Lima aceitam a aprovação de um ato de revogação da Assembleia revogando apenas alguns dispositivos da atual Carta, no bojo de um acordo pelo qual o grupo se compromete a não tentar novas modificações no seu texto, a não ser mediante entendimentos futuros, ou através de emendas, via congressual. Mas esse ponto não é pacífico no bloco.

De acordo com o documento ontem entregue ao líder do governo, que deverá submetê-lo hoje ao presidente Sarney, seriam suspensos — mas não revogados — as salvaguardas, as medidas de emergência e o decurso de prazo. Com isso, os decretos-leis não mais seriam considerados aprovados quando esgotasse seu prazo de tramitação no Congresso. Se não forem votados, serão considerados rejeitados. O grupo "pró soberania" deseja ainda emendar os decretos-leis e o orçamento da União. As atividades da Câmara e do Senado também ficariam suspensas, só podendo funcionar em caráter excepcional.

O deputado Carlos Sant'Anna adiantou que defenderá junto ao presidente Sarney a necessidade de um acordo, sob a alegação de que, se nada for firmado, haverá turbulências durante os trabalhos da Constituinte, pois muitos dos integrantes da Assembleia tentarão emendar o texto constitucional vigente.

Preliminar
Estimam os observadores que os partidos ideológicos, como os comunistas, o PT e talvez o PDT

não sofrerão as dificuldades do PMDB que era frente contra a ditadura, que se ampliou com sua ascensão ao poder, por incorporar adesistas, oportunistas e os que entraram no partido devido a questões regionais. O PFL, por ter perfil mais homogêneo, deverá ter muito peso, durante os trabalhos da Constituinte, segundo avaliação de pefelistas mais ligados ao presidente Sarney.

"No momento, é apenas a preliminar do que acontecerá posteriormente", prevê o senador Jarbas Passarinho. Ele afirma que, nesse momento, haverá "a fragmentação dos partidos, pois os parlamentares votarão segundo sua consciência. Aí é que se caracterizará um partido majoritário de centro democrático". Passarinho considera que "o maior erro da esquerda reside em jogar esse contingente do centro para a direita através de pressões que têm grande apelo popular, mas pouco resultado prático na Constituinte".

"Os partidos não ideológicos não se acabarão na Constituinte, mas também não funcionarão. Haverá agrupamentos de facções e frações em torno de temas especiais. Talvez o que terá maior homogeneidade será o PFL — hoje representando os setores dominantes e conservadores. O PDS, não, está mais à direita, abriga até gente da extrema direita, mas não domina", rebate o comunista Roberto Freire (PE).

Nas questões ideológicas, segundo previsões de Aloísio Chaves (PFL-PA), a Constituinte funciona-

rá acima dos partidos, citando como exemplo os direitos dos trabalhadores. Então, os líderes que já não detinham qualquer controle sobre as bancadas, em 1985 e 1986, não liderarão ninguém, garante.

Para o líder do PTB, Gastone Righi, é possível que a Constituinte, no início, faça desaparecer siglas, que depois poderão definir-se como partidos efetivos. Acrescentou que o PT, PCB, PC do B, talvez o PDT, ganhem identidade. O líder do PDT, Brandão Monteiro, acha que "os partidos são fracos. E isso vai ficar ainda mais patente na Constituinte. Serão superados pela eventual organização de blocos de caráter ideológico", assinala.

Ontem mesmo, parlamentares dos pequenos partidos que não aceitam ser liderados por blocos, disseram ao relator do regimento interno, senador Fernando Henrique Cardoso — que hoje divulga o seu parecer-substitutivo —, que não abrem mão do direito de indicar um líder para atuar na Constituinte.

Divulgação

Entre outras decisões, o relator Fernando Henrique, também líder do PMDB no Senado, antecipou que a Constituinte terá um espaço diário de dez minutos para a divulgação dos seus trabalhos, sendo, no caso da televisão, cinco minutos à tarde, entre 12 e 14 horas, e à noite, entre 19 e 22 horas, enquanto as emissoras de rádio terão esses dez minutos divididos em blocos entre 7 e 9 horas e entre 12 e 14 horas. Além disso, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, poderá convocar uma hora de cadeia nacional de rádio e TV, por mês, para a realização de debates.

Contrariando a opinião do "pró-soberania", em uma reunião com a bancada do PMDB no Senado, o senador Fernando Henrique Cardoso também acertou que Senado e Câmara funcionarão normalmente e, para isso, vão adaptar os seus regimentos internos, dando prioridade à Constituinte — a paralisação das duas Casas para funcionamento extraordinário foi rejeitada pelos senadores.

O presidente da seccional paulista da OAB, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, teme que o governo federal acabe impondo à Assembleia Nacional Constituinte — que define como conservadora — um projeto de

A OAB se preocupa: o governo que não venha impor.

Constituição baseado no anteprojeto da comissão de "notáveis", que foi presidida pelo jurista Afonso Arinos (eleito senador pelo PFL-RJ).

— Ao que tudo indica, o Executivo está com um projeto de Constituição pronto e vai impô-lo — afirmou ontem Mariz de Oliveira em entrevista à imprensa na sede da OAB, na praça da Sé. Para evitar que isso acabe ocorrendo, a OAB-SP pretende ser um dos canais de comunicação entre a sociedade civil e a Constituinte. A primeira iniciativa nesse sentido será uma reunião de todos os presidentes seccionais da OAB com os constituintes paulistas, marcada para os dias 12 e 13 de março.

Em seguida, a OAB paulista promoverá uma série de painéis sobre quatro temas, considerados os mais importantes na Constituinte: Poder Judiciário, Reforma Agrária, Reforma Tributária e Direitos Individuais. O primeiro deles, sobre o Poder Judiciário, será realizado no final de março.

As conclusões serão analisadas por uma comissão de juristas, que elaborará o texto a ser encaminhado à Assembleia Nacional Constituinte. Entre os componentes dessa comissão, Mariz de Oliveira citou Geraldo Ataliba, Celso Antônio Bandeira de Mello, Adilson Dallari, Celso Bastos, Eros Roberto Grau, Michel Temer e Ada Pellegrini Grinover.

A seccional paulista da OAB pleiteará também a "institucionalização constitucional da advocacia", ou seja, a menção, no próximo texto constitucional, de que o advogado é — juntamente com os juizes e os integrantes do Ministério Público — "emprescindível à administração da Justiça". Regulada posteriormente por lei ordinária, essa inclusão daria aos advogados algumas prerrogativas, como um foro especial para o julgamento de crimes cometidos no exercício da profissão.

Preocupação

— A sociedade civil não está se sensibilizando com a Constituinte por culpa dos partidos, dos políticos, das entidades de classe e talvez porque seja congressual e não livre e soberana. A verdade é que a sociedade espera muito pouco da Constituinte e isso nos preocupa muito — disse Mariz de Oliveira.

O presidente da OAB-SP considera fundamental que a próxima Constituição assegure a independência do Poder Judiciário. Para tanto, prosseguiu Mariz de Oliveira, "a Constituição precisa fixar que um percentual mínimo do orçamento da União deve ser destinado ao Poder Judiciário. Seria esse o primeiro passo para tornar a Justiça menos morosa e anacrônica", como definiu o presidente da OAB-SP.

Mariz de Oliveira afirmou que a assustadora ocorrência de linchamentos verificada nos últimos meses reflete "uma grande litigiosidade contida que não chega ao Judiciário. O povo está fazendo justiça com as próprias mãos porque não acredita mais no Judiciário".

Outro fator de desmoralização da Justiça, segundo ele, é o baixo nível do ensino do Direito, provocado principalmente pela proliferação de faculdades. Mariz de Oliveira disse que, no Estado de São Paulo, de cerca de cinco mil bacharéis que anualmente fazem exames para obtenção de registro na OAB, 70% a 80% são reprovados.

Sucessão

Já está em curso a disputa pela presidência do Conselho Federal da OAB. A eleição se dará em abril, em Brasília, e os candidatos são o paulista Márcio Thomaz Bastos, atual vice-presidente e ex-presidente da OAB-SP, e o carioca Arthur Lavigne, atual secretário-geral.

Mariz de Oliveira garantiu que seu candidato, Márcio Thomaz Bastos, está sendo apoiado pelas seccionais do Amapá, Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Bahia, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, enquanto Lavigne conta com os votos de Pernambuco e Rondônia, não tendo conseguido ainda o apoio da OAB-RJ.

SALA, SIM!

Zelar pelo decoro do Congresso é uma atribuição que a diretora Iris Berlinsk decidiu levar a sério — e começou logo disciplinando o uso de calças compridas para as secretárias dos constituintes. Se não for possível evitar,

as calças têm que ser de cor sóbria, com a largura de boca não ultrapassando o comprimento do sapato; não pode ser muito justa e a blusa deve cobrir inteiramente a cintura. A norma é de 1979 e agora foi ressuscitada

por Iris. O difícil é instruir os guardas do Congresso sobre o que está no regulamento. Um deles barrou ontem uma secretária. Houve discussão, revolta, mas ele não cedeu. E falou até em despedida por justa causa.